

SUJEITO: EIXO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Maria Auxiliadora Brito SILVA*

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: O TEXTO

A partir do pressuposto de que o discurso “materializa o contrato entre o ideológico e o lingüístico no sentido de que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas” (Courtine, 1982, p. 240), propomos uma leitura crítica do texto *A invasão da Fazenda Colorado em Iturama* (em anexo) para identificar a pluralidade de sujeitos que nele se inscrevem, pela enunciação de um sujeito que tudo ordena ou desordena no simulacro de interação verbal.

DIRETRIZES METODOLÓGICAS

As contribuições metodológicas que utilizaremos em nossa análise fazem parte dos estudos de Carmo (1996) que levam em conta a **linguagem em si** e o **contexto sócio-histórico** no campo da análise do discurso. Esses estudos de Carmo, que integram várias posturas teóricas e metodológicas relativas à análise do discurso, tais como as de Pêcheux, Ducrot, Maingueneau, Charaudeau, possibilitam o intercâmbio entre as diversas áreas das ciências humanas. Dessa forma, permitiu-nos estabelecer relações entre o sujeito lingüístico e o sujeito histórico neste trabalho.

Em seus estudos, Carmo redefine o modelo teórico de Charaudeau em sua definição de discurso como um fenômeno de *mise en scène* do ato de

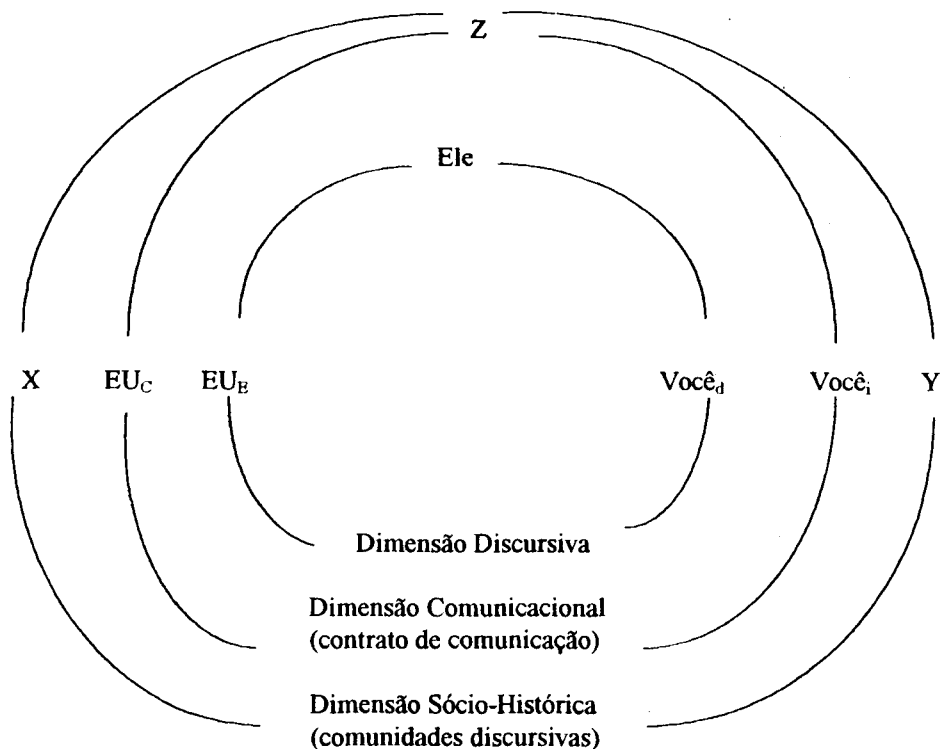
* Aluna do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara - SP.

linguagem e que compreende três níveis: um discursivo ou interno; um comunicacional ou intermediário e nível situacional (Charaudeau, 1983).

Cabe aqui lembrar cada um desses níveis. O nível discursivo é o lugar da *mise en scène* discursiva. O nível comunicacional constitui o lugar em que estão dadas as condições de produção e recepção do discurso, onde se estabelece o contrato de comunicação. O nível situacional corresponde ao espaço da interação social em que os atores discursivos jogam papéis sociais.

Carmo redefine o nível situacional, como “dimensão sócio-histórica”, que possibilita maior abrangência para análises do sujeito.

Transcrevemos abaixo o esquema gráfico elaborado por essa autora em suas redefinições de Chauradeau e que aplicaremos na análise para suas relações entre o sujeito lingüístico e o sujeito histórico, concreto, porta voz do discurso social no texto, objeto de nossa análise.



Em relação ao esquema acima, Carmo acrescenta ao sujeito “Ele”, presente nas dimensões tanto do discurso, quanto da história, os conceitos de **antagonista, aliado e protagonista**. Esse último pode até se tornar um destinatário privilegiado, como um **você**.

O conceito de comunidade discursiva de Maingueneau (1993) é redefinido pela referida autora como “dimensão discursividade de uma totalidade de sujeitos, que também se ligam por meio de outras dimensões de sua realidade social e história ... e que ... não depende necessariamente da interação ... em grupos primários” (Carmo, 1996, p. 90).

Consideraremos **condições históricas** não como “coerções sociais” (Maingueneau, 1993) mas de acordo com Carmo:

... são as **condições históricas** (estruturais e conjunturais) que possibilitam a formação de comunidades discursivas nas quais, sob as mesmas condições, se elaboram, reelaboram ou reproduzem discursos. Estes se constituem como formações discursivas e servem como referência, ou “matéria-prima” para as práticas discursivas. (Carmo, 1996, p. 91)

Importante observar que os conceitos de **comunidade discursiva e condições históricas**, reelaborados por Carmo, permitiram-nos considerar os sujeitos do texto em análise, não apenas como **sujeitos lingüísticos**, mas também, como “pessoas envolvidas num contrato de comunicação e portadores de papéis sociais, como **agentes históricos**” (Carmo, 1996, p. 91).

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

O texto em análise trata de informações a respeito da invasão pelos sem-terra da Fazenda Colorado no Triângulo Mineiro, apresentando-se como um sinal de alerta à “Sociedade”.

A história de conflitos pela terra na região de Iturama teve início em 1985, quando famílias de trabalhadores, na iminência de serem despejadas pelo fazendeiro, lutaram obstinadamente até conseguirem a cessão de uma área de 3.000 ha pelo Incra. Foram apoiados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por outras entidades, como a Igreja Católica e o MST. Aos posseiros juntaram-se famílias de sem-terra vindos de regiões vizinhas e que acampavam em barracas ao longo de uma das rodovias do

município de Iturama, à espera de um assentamento. Os posseiros, para não serem despejados da terra, tiveram que enfrentar o fazendeiro. Morreu o proprietário do latifúndio e morreu também um dos líderes dos posseiros. A luta dos trabalhadores rurais foi vitoriosa, já que eles conseguiram os lotes.

Depois do assentamento dessas famílias na Fazenda Barreiro, o município passou a ser alvo da procura de demandantes de terra que permanentemente chegavam para montar barracas e viver debaixo de lonas ao longo da rodovia, à espera de um novo assentamento. Cinco anos após a primeira invasão, partiram os sem-terra para ocupar a Fazenda Colorado, um latifúndio considerado terra improdutivo.

Se a associação dos ruralistas reconheceu a falta de ação dos fazendeiros para impedir a desapropriação em 1985, o mesmo não se deu com a ação do segundo movimento em 1990. A frustrada ocupação da Fazenda Colorado foi rechaçada. Os fazendeiros organizados e com o apoio do poder constituído do município, que tinha à frente do executivo um latifundiário, além do legislativo, cujos membros são também proprietários rurais, impediram a desapropriação da fazenda. Tiveram ao seu lado o poder judiciário que, a serviço do prefeito e dos vereadores agiu para que a grande propriedade não fosse dividida entre os sem-terra. Para comprovar essas informações, tivemos acesso a documentos emitidos pelo presidente da Câmara de Vereadores de Iturama e pela Prefeitura. Esses documentos, assinados pelas autoridades locais, foram enviados a todas as autoridades do executivo brasileiro como alerta aos perigos da reforma agrária.

A UDR (União Democrática Ruralista), uma entidade a soldo de pequenos e grandes proprietários rurais, tem atuação expressiva em toda a região. Sempre concentrou os ataques ao MST, considerado como uma organização infiltrada por subversivos. A UDR é capaz de mobilizar teóricos direitistas para atacar os movimentos pela democratização da propriedade fundiária em defesa dos interesses e privilégios de uma elite conservadora.

DIMENSÃO COMUNICACIONAL

Para atingir o seu objetivo e fazer cumprir o seu projeto de fala, o EU_C (sujeito coletivo UDR), nesse simulacro de realidade de interação verbal, ordena o discurso, a partir de sua enunciação de acordo com um contrato com o seu interlocutor (Você!), ou seja, o leitor. A assinatura dos dois presidentes da UDR remetem o discurso a essa organização, como o sujeito

comunicante. Trata-se nesse caso de um sujeito coletivo, que se apresenta como porta-voz dos proprietários rurais.

O EU_C, interpelado pela ideologia da UDR, fala não enquanto sujeito real, mas enquanto um lugar na representação das idéias de um quadro da formação social brasileira que se caracteriza por um forte conservadorismo. Julgamos estar na base desse discurso a matriz discursiva da Doutrina de Segurança Nacional pelo seu modo específico de incorporar componentes de um pensamento autoritário.

O que representa o sujeito coletivo UDR para impor um contrato de comunicação com o leitor, constituindo-se como autoridade?

Produzido para circular num espaço jornalístico, o produtor do texto tem como ponto de partida, de acordo com um contrato comunicacional, fixar o sentido previamente determinado para que não haja nenhuma outra possibilidade de leitura, a não ser a por ele imposta. Se o sentido de um enunciado pode ganhar matizes e efeitos ao ser interpretado por quem o lê, então, deve ser mesmo fixado o seu sentido pelo enunciador. Assim, nesse procedimento, o discurso em análise é um discurso **autoritário**. Quem tem o “real” conhecimento dos fatos é a UDR. No contrato de fala entre o EU_C e Você, verifica-se uma relação de verticalidade. A UDR põe-se como dona da verdade. Ao leitor cabe aceitar essa verdade. Como porta-voz da UDR, o sujeito produtor do discurso tem a finalidade de obter a adesão do leitor para a verdade anunciada no seu discurso, que é o discurso do proprietário rural.

Para pensar o sujeito coletivo UDR precisamos nos remeter à classe dos ruralistas, à importância que tem sua instituição (UDR) na sociedade brasileira. É importante lembrar que a região de Uberlândia é o berço da UDR no Triângulo Mineiro e forte núcleo da UDR nacional. Os latifundiários ligados a essa organização não medem esforços para se posicionar contra a reforma agrária, minando as lutas dos sem-terra. Se hoje a UDR explicita sua face conservadora, sem medo de remontar ao lugar que seus associados ocupam na sociedade e falar ostentando o lugar de proprietário rural, o mesmo não se dá com o texto em análise, em que a UDR de Uberlândia oculta o lugar de onde fala. Isso é possível, quando não convém ao EU_C mostrar o seu lugar social. Servindo-se de valores universalizantes, foi possível esse ocultamento. Poderíamos explicá-lo como fuga às contradições que estão no discurso. Ao reconhecer o lugar do proprietário rural, haveria necessidade de reconhecer as diferenças sociais que o discurso não pode admitir (o lugar que é negado ao trabalhador rural). Assim, é no discurso e pelo discurso que o sujeito comunicante interpela o seu leitor e o convence da “verdade” que ele

quer esconder ou mostrar. É no processo de enunciação que o sujeito UDR (des)organiza sua “face”, a do leitor e a dos outros sujeitos que ele coloca em cena para participar do discurso.

A interpelação delocutiva do enunciador no início do discurso: “É preciso que a sociedade tenha o real conhecimento dos fatos” (linha 1) remete a um sujeito comunicante extremamente autoritário, pressupondo um leitor que compartilhe da sua postura ideológica, aceitando essa relação de verticalidade.

O suporte para convencer o interlocutor vem de um discurso da **legalidade**, que se fundamenta na igualdade de todos os cidadãos. Em nome da justiça, do trabalho, dos direitos, da liberdade, “Tudo na forma da lei” (linha 17) o **Eu_e** sela o contrato de comunicação com **Você_i**, caracterizando, assim, o seu discurso como **autoritário**.

Só um sujeito que detém amplo poder de ação pode, de maneira tão categórica, impor uma “verdade”. Só quem tem a certeza de deter um poder pode afirmá-la discursivamente. Ao apoiar-se no discurso do poder, no discurso do Estado nacional e deixar que ele fale, a UDR busca na ideologia nacionalista o instrumento poderoso para impor o seu saber e o seu poder.

É sob a máscara do discurso da lei que a UDR dá o seu recado. Vamos nos remeter ao nível discursivo, que torna possível esse procedimento.

DIMENSÃO DISCURSIVA

Os *sujeitos* no discurso: multiplicidade de faces

Os sujeitos da interlocução : **EU_e e **Você_i****

Sob a máscara da impessoalidade o **EU_e** UDR esconde-se, como se o discurso da lei falasse sozinho, como se a verdade preexistisse. No nível discursivo, a UDR não aparece como sujeito. Sem marcas de personalidade, o **EU_e** institui-se no discurso como “a sociedade”, “o povo brasileiro”. Tecendo sua “face” na impessoalidade, tece também a do seu leitor (**Você_i**). Sem usar a primeira e segunda pessoas do discurso, cria-se o efeito de sentido de “verdade”, fundamental para dar suporte ao discurso inquestionável da legalidade a que se propõe o produtor desse discurso.

Ele

Para construir o seu discurso, o enunciador põe em cena vários sujeitos, aqueles de quem se fala. Para a polêmica sobre a qual se tece a trama discursiva, aparecem dois tipos de sujeito: os **aliados** e os **adversários**. Ambos constituem o **Ele** do discurso, trazidos pelo sujeito enunciador para a dimensão discursiva e sócio-histórica. No discurso monofônico, autoritário do EU_E, estão presentes esses sujeitos como protagonistas. Cada um com a “face” que o discurso lhes confere.

Inscritos lingüisticamente como sujeito aliado, aparecem os “trabalhadores rurais”, e como adversário, “o fazendeiro”.

Enquanto o **aliado** tem sua imagem tecida na **positividade** (linhas 15 a 17), “a dos” trabalhadores rurais, ao contrário, é construída na **negatividade**. A desconstrução desse sujeito vem explícita em “Patrocinados e instigados por agremiações” em que ele é visto como sujeito passivo. Essa passividade, como incapacidade para a ação, é marcada semanticamente em “pobres trabalhadores”. Aqui o adjetivo “pobre” pode ser entendido não apenas como os que são desprovidos de bens materiais, mas também como os pobres de espírito, atrasados. Essa noção de “falta de” é visível em “massa de manobra” (linha 11), reiterando o sentido de “pobres trabalhadores”, que também aparece na substantivação do adjetivo “aos desinformados que acatam” (linha 9). Assim, o “trabalhador rural” é o **não-sujeito**, o objeto da ação de outro.

Também na negatividade um outro “ele” se constrói no texto. Ele se concretiza tanto no substantivo coletivo “agremiações” (linha 3) como na expressão “pessoas com formação de guerrilha” (linhas 10-11) como o sujeito antagonista. Bem demarcado lingüisticamente no pronome “aqueles que não desejam” (linha 19) em relação ao pronome “este” em “... este país”, o pronome “aqueles” inscreve o sujeito “classes que apóiam os sem-terra como um anti-sujeito”, pessoas que não estão em “este país”. Sendo “aqueles”, os estão fora da “sociedade justa e harmoniosa” (linha 20) que constituem “este país”, “o povo brasileiro”. “Aqueles” estão em oposição aos interesses da classe dominante. Ainda que EU_E não use o termo “subversivo”, a noção de subversão fica implícita na passagem em que o leitor é conclamado para combater esse inimigo, cuja meta é “subverter a ordem pública, agredir as instituições” (linha 7).

A face inocente de um sujeito (o fazendeiro) e a face negativa dos outros sujeitos são tecidas pelo EU_E. Em defesa do proprietário rural ele traz para o seu discurso outros sujeitos, que são colocados em cena visando a

convencer o leitor da verdade que constrói discursivamente. Como estratégia argumentativa, o sujeito enunciator tem no argumento de autoridade uma consistência para o que é proferido, produzindo um efeito de sentido de verdade: “a ação das autoridades constituídas” (linha 15), “a imprensa como testemunha” (linha 17) “nossas instituições” (a família, a justiça, o Estado) (linhas 21-22).

DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Palavras-chave

Se a inteligibilidade última do texto não está no próprio texto, mas fora dele, chega-se ao “fora” (contexto sócio-histórico), a partir da existência de um texto, como registro da materialidade das idéias projetadas por um sujeito em seu ato de enunciar.

Como um todo organizado de sentido, tecido com palavras, podemos observar que, no manifesto da UDR somam-se as palavras, formando uma organização coerente de sentido. Mas as relações que se estabelecem entre as palavras, intradiscursivamente, não são suficientes para aprendermos o sentido de alguns signos que funcionam como flechas que remetem para fora do texto. A esses signos vamos nos referir como **palavras-chave**, que só têm sua significação apreendida numa leitura do contexto sócio-histórico. Se não houver a projeção fora do espaço lingüístico, pode-se correr o risco de compreender o texto de maneira distorcida.

De que maneira entender o sentido do autoritarismo do sujeito UDR marcado lingüisticamente como uma palavra-chave no discurso?

Nas regiões em que predomina a atividade agropecuária, a UDR é uma organização de grande prestígio. Especificamente onde se deu a invasão a que se refere o manifesto em análise, a União Democrática Ruralista é atuante com uma diretoria que faz seu *marketing* político e suas manifestações ao lado do Sindicato dos Ruralistas determinando os destinos da política não só municipal, elegendo prefeitos e vereadores, como também cargos em nível estadual e federal, mantendo com muito dinheiro um curral eleitoral. Para todos os mandatos a UDR elege seus representantes regionais na Câmara dos Deputados Estadual e Federal. Assim, aprendido o significado do sujeito UDR podemos chegar ao sentido de várias palavras-chave do texto,

como por exemplo, “sociedade justa e harmoniosa”, “justiça”, “liberdade”, “direitos sociais”, “ordem pública”.

O signo “sociedade”, empregada várias vezes ao longo do texto, oculta a valorização do individualismo. Toda a coletividade (UDR, lideranças rurais, autoridades, a sociedade, a imprensa, todos) devem defender a propriedade de um “poderoso” (“O proprietário sendo ameaçado...”) contra “pobres trabalhadores”, mesmo que sejam maioria em busca de direitos.

O signo “bem comum” que aparece fechando o texto, na última linha “que o bem comum seja o objetivo permanente” não é nada mais do que um termo que oculta o tema da ameaça à propriedade privada como uma reação conservadora frente à questão agrária.

As palavras-chave relacionadas à ideologia conservadora dos ruralistas remetem a uma doutrina que prega o preceito clássico do direito que reserva ao Estado o monopólio da coerção: “líderes levados a prestar depoimentos junto às autoridades competentes. Tudo na forma da lei”. Parece que o mesmo não ocorre hoje, quando os fazendeiros querem romper com esses preceitos de coerção reservados ao Estado, promovendo suas milícias privadas.

Sob o ponto de vista dos trabalhadores rurais, o tema da construção do bem comum só se dá a partir da tentativa de se organizarem para a criação do espaço social de luta de cidadãos tutelados pelo patrão, que se deixam guiar pela idéia moral do favor do fazendeiro, organizam-se para se instituírem como cidadãos ativos. Os trabalhadores rurais buscam seus direitos de, como indivíduos, serem portadores de direitos que lhes confirmem uma estrutura social.

A leitura e interpretação do último parágrafo em que os termos “direitos individuais, a justiça, liberdade, direitos sociais, o bem-estar e o bem comum” só têm sentido se relacionados a valores do autoritarismo, que não visa à cidadania efetivamente democrática. As alternativas a direitos são apenas concessões de quem possui propriedade (os ricos) a quem não a possui (os pobres). O termo cidadão, que não aparece no manifesto da UDR, pode ser textualmente significativo. Em seu lugar, ou então, com um sentido similar, são empregados outros termos como “povo brasileiro”, “sociedade”. Pode-se inferir que a palavra “cidadão” leve a implicações de interpretação. Para os setores da “direita ruralista”, conotações de sentido de igualdade podem ser indesejáveis e, até mesmo, ameaçadoras.

Relacionando as palavras-chave ao ideário da UDR, torna-se explícita a idéia de que, para a manutenção dos privilégios da classe dos fazendeiros, é preciso reconhecer a hierarquia entre superiores e inferiores.

A desigualdade é legítima e “os de baixo” são cidadãos sem classe, “massa de manobra” (linha 11) e que podem representar um perigo se unirem as classes organizadas. O enunciador do texto chama a atenção do leitor nos primeiros parágrafos para esse perigo: “a invasão totalmente com fins políticos, lideradas por agremiações que têm como meta subverter a ordem pública” (linhas 6 e 7).

A grande força semântica conferida ao vocábulo “sociedade”, repetida cinco vezes no texto, aparece figurativizada em “nossas instituições” “povo brasileiro”, “a família”, “todos”. A recorrência a palavras como esta funciona como um curinga semântico que governa a formação discursiva, vindo a constituir o tecido textual determinado pela formação ideológica. Podemos, via palavras-chave, ligar sujeito enunciador do manifesto da URD ao lugar que ele ocupa no interior da classe ruralista brasileira e, assim, fazer a leitura do texto, levando em conta não apenas o que está no seu interior, mas sobretudo sua relação com outros textos.

Na diversidade de sujeitos que participam da arena textual, constrói-se a consciência social do sujeito que enuncia e se faz representar pelo discurso dominante dos produtores rurais brasileiros. A UDR é a organização para a defesa da propriedade rural, incitando o fazendeiro até mesmo ao uso da força com a finalidade de defender as suas propriedades. Em 1990 a UDR lançava sua voz como defensora de direitos sociais.

“O bem comum a ser perseguido”, “a sociedade” não é o espaço homogêneo, linear e indiferenciado, como “espaço da liberdade” a “ser perseguido por todos”. Essa leitura só terá sentido, como já dissemos, se relacionarmos esses conceitos à formação discursiva da extrema direita que lhes dá significação. O espaço social é o da dominação. Ao lado do proprietário rural que oprime, junta-se o Estado e até a Imprensa ditando as normas àqueles que são excluídos, que não participam da mesma classe dos que possuem terra. Aqueles que não se sujeitam à lógica de subordinação devem ser punidos. A prática social, do ponto de vista do enunciador, só pode ser lida no interior de um imaginário: “nossas instituições, a justiça, os direitos individuais, a liberdade, o Estado, a família” (linhas 21-22).

Em “pobres trabalhadores” (linha 11), o adjetivo “pobres” como uma palavra-chave pode servir como um indicador de uma outra formação discursiva: o discurso da esquerda. Pela qualificação dos trabalhadores rurais,

podemos chegar às duas classes sociais: a classe dos proprietários rurais e a outra classe, numa hierarquia inferior, de indivíduos sem direitos a ter direitos. Destituído da possibilidade de ser sujeito, o trabalhador pratica as ações apenas quando é levado por outros porque não se concebe vê-lo agir. “A ação da invasão da fazenda Colorado foi planejada, programada (...) massa de manobra” (linhas 10 e 11).

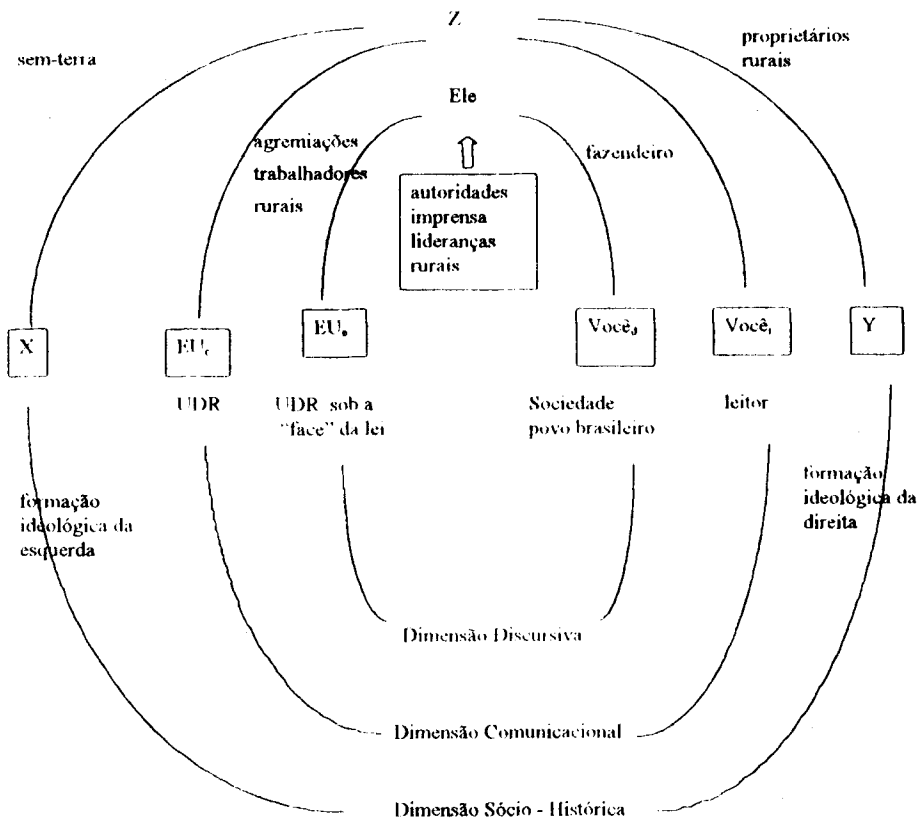
O trabalhador rural é objeto utilizado pelos outros, podendo até suscitar compaixão, conforme é construída sua imagem no texto: “utilizando pobres trabalhadores”. Se o texto constrói essa imagem de “pobre”, de quem se deve ter pena, que é merecedor da caridade dos superiores, esse mesmo texto constrói também a imagem do trabalhador como o “perigoso” porque se torna “massa de manobra de agremiações de esquerda” contra a qual se tem que lutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso daqueles que sustentam idéias contrárias aos interesses da classe ruralista constitui o “centro” exterior do discurso contido no texto em análise, o ambiente que permite seu enunciador extrair sentidos para tecer a trama de seu discurso. Como produto do discurso dos antagonistas (“agregiações” e sem-terra), o sujeito enunciador constrói seu discurso, ainda que não tenha consciência (?) como suporte para um diálogo polêmico entre o discurso conservador dos ruralistas e o discurso revolucionário dos que apóiam os sem-terra.

Podemos chegar à interpretação social, a partir de um ato de fala como interação verbal. Se as agregiações e os sem-terra são o inimigo a ser combatido, a UDR é o protagonista, a organização à qual não falta a obstinação, a coragem e a disposição para vencer obstáculos e enfrentar os inimigos da sociedade, ou seja, aqueles que não se sujeitam ao jogo da dominação.

Resumiremos abaixo, na forma do esquema gráfico do modelo elaborado por Carmo, o que tentamos expor, a fim de tornar visível a multiplicidade dos sujeitos construídos pelo sujeito enunciador do texto “A invasão da Fazenda Colorado em Iturama”.



Referências bibliográficas

- CARMO, Sônia Irene S. do. *A construção da pátria: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89*. São Paulo, 1996. 437p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours: Elements de semiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983. 175p.
- COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n. 2, 1982.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993. 198p.